

Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere
Praça Dias Ferreira, 38

2240-341 - FERREIRA DO ZÊZERE

C/C CCDD-LVT

S/ referência
3928 de 25/06/2021

Data

N/ referência
S068204-202211-ARHTO

Data

Proc.

ARH-LX ARHT/DPIC1391.10/T

Assunto: Revisão do PDM de Ferreira do Zêzere
Fase de Concertação: Ponderação da APA

Relativamente ao assunto em epígrafe foi recebida a ponderação da Câmara Municipal de Ferreira do Zêzere (CMFZ) sobre o parecer emitido pela APA à revisão do seu plano diretor municipal (RPDM), S056249-201809-ARHTO.DOLMT, o qual concluía o seguinte:

- *"RPDM- Parecer desfavorável, uma vez que a proposta não se conforma com o POACB, apresentando alterações ao uso do solo, entre outros, destacando-se a expansão da área de uso turístico (Lago Azul) para áreas de uso agrícola.*
- *REN - Parecer favorável sobre a delimitação das tipologias AEPRa e AEREHS; Parecer favorável às tipologias CALM, ZAC e Albufeiras (...), condicionado à realização de reunião de concertação e retificação/esclarecimento dos aspetos mencionados neste parecer;*
- *REN / Pedido de Exclusões – Parecer emitido para cada mancha, conforme consta na tabela em anexo a este ofício*
- *Relatório Ambiental – Parecer favorável condicionado à retificação dos aspetos supra mencionados e inclusão/articulação com Resumo Não Técnico a apresentar."*

Antecedentes

No que diz respeito ao processo de delimitação da REN no âmbito desta revisão do PDM, cabe referir que a CMFZ tem vindo a apresentar várias propostas revistas em função dos pareceres emitidos pela APA/ARHTO.

No que diz respeito à RPDM, após a emissão do supra citado parecer, foram rececionados alguns elementos para apreciação sobre os quais foi comunicado o teor do ofício S059359-201110-ARHTO.DPI em 8/10/2019. Destacamos o final desse ofício:

"Refere-se ainda que, no que concerne à conformidade da proposta de Plano com os programas territoriais, neste caso o Plano de Ordenamento da Albufeira de Castelo do Bode, também não é totalmente claro o que foi retificado. É afirmado que, em grande parte das "áreas urbanas" afetas ao POA, foi reduzido o perímetro urbano definido no POACB, sem contudo ter sido possível verificar cartograficamente.

Sobre este aspeto salientamos o mencionado no citado parecer S056249-201809-ARHTO.DOLMT, designadamente "(...) em face do estipulado no POACB e na Lei n.º Lei n.º31/2014, de 30 de maio (Lei de Bases gerais da política pública de solos, de ordenamento do território e de urbanismo), as disposições os Plano/Programa Especial devem ser vertidas no PDM". Assim, e apesar de se afigurar que a redução dos perímetros urbanos poderá traduzir impactos menos significativos sobre os recursos hídricos, tal não é passível de aceitação em sede de revisão do PDM.

Nestas condições, considera-se conveniente que nos sejam remetidos, para a emissão de parecer e/ou agendamento de reunião de concertação, os elementos revistos que constituem a proposta da revisão do PDM, incluindo as shapefiles georreferenciadas preferencialmente ao sistema de coordenadas ETR89/TM06/PT."

Nesta sequência recebemos os elementos ora em apreço.

Elementos instrutórios

A presente apreciação, em fase de concertação, incide sobre os elementos que foram remetidos pela CMFZ, e que também integraram os elementos remetidos via CCDRLVT aquando da convocatória para a conferência decisória da REN (N/ Ref.ª E093436-202110-ARHTO.DRHI), nomeadamente os seguintes ficheiros:

- 2021.05.31_PO.mxd
- 2021.05.31_PO
- Regulamento datado de maio 2021
- RPonderação-APA

APRECIAÇÃO

I- Proposta da Revisão do Plano Diretor Municipal

- **Peças gráficas**

Toda a proposta deve estar devidamente articulada e, no que diz respeito aos recursos hídricos, em conformidade com o estipulado no POACB, entre a demais legislação aplicável.

Chama-se a atenção que entre a "Planta de ordenamento: classificação e qualificação do solo" em formato *pdf* e as *shapefile* continuam a existir várias divergências que têm que ser corrigidas. Deverá ter-se a atenção de manter na proposta de revisão do PDM apenas as *shapes* que lhes dizem respeito com nomenclatura adequada, de modo a evitar eventuais divergências.

1. Shapefiles

- a) **A *shapefile* "Superfícies aquáticas" tem que ter o leito da albufeira ajustado à delimitação do leito do POACB** conforme consta na publicação em Diário da República, podendo ser consultado no *site* da Direção Geral do Território (DGT). Apesar das *shapefiles* da faixa da Zona Terrestre de proteção e da Zona Reservada estarem bem delimitadas, o plano de água tem que ser contíguo tal como consta no POA.

- b) Na **shapefile "Ordenamento V22"** tem que ser retificada a **delimitação das relativas categorias e subcategorias de espaço**. Observa-se haver várias sobreposições não permitindo uma leitura objetiva. Por exemplo na zona de Bairradinha, "Espaços Agrícolas – de produção" sobrepõe-se indevidamente com a "Espaços Urbanos de Baixa densidade". **Nesta zona da Bairradinha** deve também ser retificada a delimitação da "Espaços destinados a outras ocupações – Zona de proteção de recreio balnear". **Observou-se que a zona de recreio balnear no POACB é superior à delimitação da subcategoria "Zona de proteção de recreio balnear" da shapefile.**
2. "Planta de ordenamento: classificação e qualificação do solo" em formato *pdf*
- Nota: As figuras adiante mencionadas dizem respeito às imagens que constam neste parecer.
- a) **Fig. 1** - Corrigir a delimitação da **zona reservada da zona terrestre de proteção da albufeira junto à ribeira de Cains** de modo a ajustar à ZR do POACB.
- b) **Fig. 2** -Na zona da Bairradinha **ajustar a delimitação da Zona de proteção de recreio Balnear** à delimitação que consta no POACB.
- Esclarecer o **limite do leito da albufeira**. Parece-nos ter sido usada a *shapefile* "superfícies aquáticas" referida no n.º 1, e que carece de revisão.
- c) **Fig. 3** – Próximo a Rio Fundeiro, manter a delimitação da zona de proteção à captação superficial que está indicada no POACB, mas retirar a delimitação da zona de proteção alargada uma vez que não está aprovada e publicada em Diário da República.
- d) **Fig. 4** - A norte de Dornes, próximo de Beco, representar a mancha de "uso agrícola na restante área" que está omissa na planta de ordenamento apresentada.

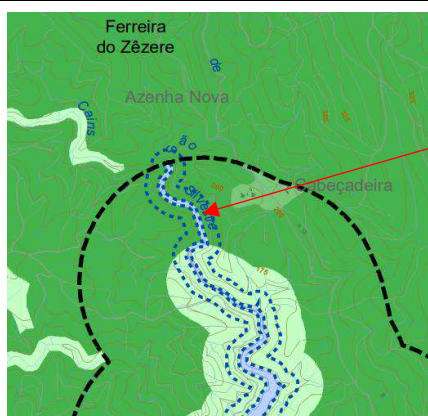


Fig. 1

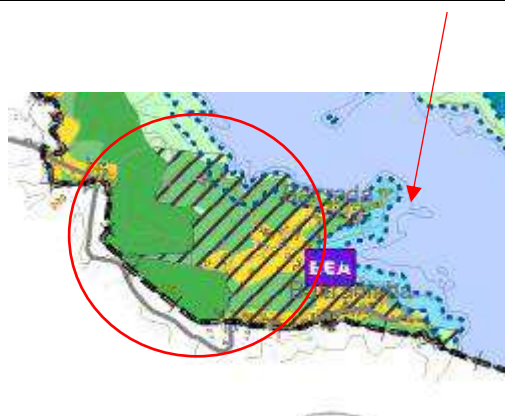


Fig. 2

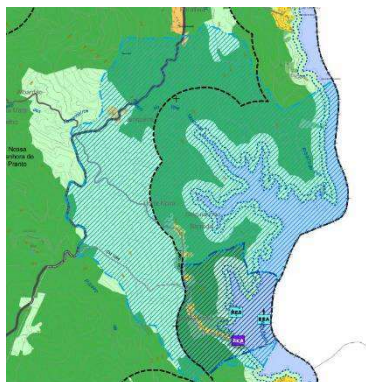


Fig. 3

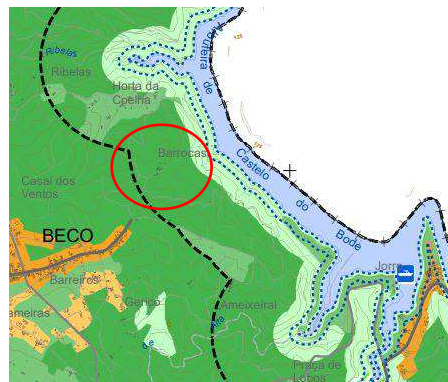


Fig. 4

3. Outras situações

Na sequência da aceitação da delimitação da tipologia **zonas ameaçadas pelas cheias**, salvaguarda-se que a Planta de condicionantes/REN deve articular-se com a delimitação aceite através do ofício S066004-202110-ARHTO.

Salienta-se que as tipologias da REN devem adotar a designação atual que consta na proposta de delimitação que ocorre em simultâneo com a presente revisão do PDM.

• Proposta de Classificação e qualificação do solo

No parecer anterior, S056249-201809-ARHTO.DOLMT, observou-se que a proposta estava em desconformidade com o estipulado no POACB. Nesta zona de salvaguarda, a proposta atual apresenta várias retificações que se consideram relevantes, como a diminuição dos perímetros das áreas urbanas e consequentemente o aumento das áreas de solo rústico na categoria em que se encontra qualificado o terreno contíguo à respetiva área urbana. Considera-se que esta opção quanto à diminuição das áreas urbanas, mantendo-se dentro dos limites definidos no POA, não contraria os princípios de proteção e valorização da zona de terrestre de proteção da albufeira de Castelo do Bode.

Quanto à qualificação do solo Rústico (R) e Urbano (U), e atendendo à legislação aplicável nomeadamente o DL n.º 15/20 observou-se que foi efetuada a seguinte equivalência:

POACB	RPDMFZ	
Zonamento da Zona de proteção	Solo	Categoria/ Sub categoria
Uso agrícola -área envolvente à albufeira -na restante área		Espaços agrícolas de Produção
Uso florestal		Espaços florestais de conservação

-área envolvente à albufeira	R	
Uso florestal		Espaços florestais de produção
-na restante área		
Zonas de proteção e valorização ambiental		Espaços naturais e paisagísticos - Áreas de conservação e valorização
Zona de recreio Balnear		Espaços destinados a outras ocupações - Zona de proteção da zona de recreio
Uso turístico (Castanheira sul e Aderneira)		Espaços de ocupação turística
Uso urbano (Casal Ascenso, Barrada, Rio Fundeiro, rio Cimeiro, Martinela, Casal Pombeira, Pombeira, Maxial, "Castanheira norte", Cardal, Bairradinha)	U	Espaço urbano de baixa densidade - Consolidação
Uso urbano de vocação turística (Dornes)		Espaço urbano de baixa densidade - Centralidade próxima

De modo global foram acautelados vários aspetos mencionados no parecer setorial emitido pela APA, S056249-201809-ARHTO.DOLMT. No entanto refere-se que por vezes nada é mencionado no Relatório de Ponderação (RP), ou nem sempre se encontra totalmente articulado com a proposta apresentada, nomeadamente no que diz respeito à identificação do articulado da proposta de regulamento.

Constatou-se que nada foi mencionado quanto à Planta de Equipamento, e Planta da situação existente, que constavam nos Estudos de Caracterização, sobre os Equipamentos que foram representados na zona da albufeira de Castelo do Bode. Contudo verifica-se que a "planta de ordenamento – classificação e qualificação do solo" identifica de modo correto a localização e o número de equipamentos na área do município afeta à albufeira.

• Regulamento

Conforme mencionado verificou-se que há divergências na identificação dos artigos mencionados no relatório de ponderação (RP) e na proposta do regulamento apresentado e datado de maio de 2021 (R2021). Neste enquadramento procedeu-se à análise comparativa do RP e do R2021, com o regulamento do POACB. Apesar de terem sido atendidos alguns aspetos mencionados no parecer anterior observam-se ainda as seguintes omissões/incorreções que devem ser revistas (células assinaladas a cinzento claro):

Regulamento de maio 2021	Apreciação
---------------------------------	-------------------

Artigo 5.º - Definições	Está em falta a definição de alguns conceitos que constam no POACB, e que importa serem transpostos para o PDMFZ, nomeadamente: Acesso pedonal consolidado; acesso pedonal construído; acesso pedonal não consolidado; Acesso viário não regularizado; Centro náutico; Construção amovível ou ligeira; Construção mista; Estacionamento não regularizado; Estacionamento regularizado; Rampa de varadouro. (Artigo 4.º do POACB)
Artigo 6.º - Identificação	Foram atendidas parcialmente as sugestões da APA, e esclarecido que a identificação das zonas inundáveis ou ameaçadas pelas cheias constava no "Título III. Salvaguardas", artigo 11.º.
Título III. Salvaguardas / Capítulo I – Sistema ambiental	
Artigo 11.º- Identificação e Regime	<p>Trata-se da identificação e regime das zonas inundáveis ou ameaçadas pelas cheias. A CM acautelou a integração de todas as propostas sugeridas pela APA, tendo resultado a seguinte redação:</p> <p><i>"1. As zonas inundáveis ou ameaçadas pelas cheias, delimitadas na Planta de Ordenamento – Riscos e Salvaguardas, correspondem às áreas contíguas à margem dos cursos de água que se estendem até à linha alcançada pela maior cheia conhecida, com probabilidade de ocorrência num período de retorno de 100 anos, podendo considerar períodos mais baixos.</i></p> <p><i>2. As zonas inundáveis ou ameaçadas pelas cheias asseguram a função de proteção da linha de água e da galeria ripícola, destinando-se predominantemente a zonas de um nível elevado de permeabilidade do solo e cuja modelação de terreno favoreça a infiltração das águas, sem prejuízo do regime jurídico das áreas integradas na Reserva Ecológica Nacional e na área do regime de salvaguarda da albufeira de águas públicas de Castelo de Bode.</i></p> <p><i>3. Nas zonas inundáveis ou ameaçadas pelas cheias é interdita:</i></p> <p><i>a) A alteração do relevo natural, salvo nas situações em que tal ação vise favorecer o controlo das cheias e a infiltração das águas;</i></p> <p><i>b) A alteração do sistema natural de escoamento por obstrução à circulação das águas;</i></p> <p><i>c) A construção de aterros, deposição de sucatas, vazamento de lixo e entulhos;</i></p> <p><i>d) A construção de caves ainda que se destinem apenas a estacionamento.</i></p>

4. *É interdita a construção de novas edificações em zonas inundáveis ou ameaçadas pelas cheias nas áreas urbanas, exceto as que correspondam à substituição de edifícios a demolir, não devendo a área de implantação ser superior à anteriormente ocupada e salvaguardando que a cota do piso inferior da edificação seja superior à cota da maior cheia conhecida no local.*

5. *Nas zonas inundáveis ou ameaçadas pelas cheias é interdita a construção de edifícios considerados sensíveis, nos termos da alínea a) do n.º 1 do artigo 2.º do Decreto-Lei n.º 115/2010, de 22 de outubro, bem como qualquer obra de edificação a eles relativa que agrave a suscetibilidade de ocorrência de inundações.*

6. *Desde que legal e tecnicamente fundamentadas, excetua-se do número anterior e sem prejuízo de legislação específica aplicável:*

a) *As ações que tenham como objetivo aumentar o controlo de cheias e a infiltração das águas;*

b) *As obras hidráulicas e a realização de infraestruturas públicas;*

c) *A instalação de equipamentos de utilização coletiva associados ao aproveitamento e utilização dos planos de água e das margens, para os quais seja demonstrada a inexistência de alternativa.*

7. *A título excecional, e desde que seja salvaguardada a livre passagem das águas, admite-se:*

a) *A construção de novos edifícios considerados indispensáveis à atividade agrícola, nas situações em que fique demonstrado não existir localização alternativa e o piso inferior tenha cota superior à cota local de máxima cheia conhecida;*

b) *A construção de edificações de infraestruturas de saneamento (exceto ETAR, e quando não seja exequível uma solução alternativa), devendo ser estabelecidas medidas de minimização de eventuais disfunções ambientais e paisagísticas, e bem ainda infraestruturas da rede elétrica, desde que sejam cumpridas as normas de segurança decorrentes do regime específico;*

c) *A implantação de eventuais estruturas ligeiras de apoio a espaços de recreio e lazer.*

8. *Nos passeios, calçadas, praças, ciclovias e estacionamento devem ser utilizados materiais permeáveis."*

	<p>Salienta-se que a definição de zonas inundáveis ou ameaçadas pelas cheias indicada no n.º 1 não se encontra totalmente de acordo com a Lei da Água, pelo que a expressão “, podendo considerar períodos mais baixos. ” deve ser substituída, por “ou pela maior cheia conhecida no caso de não existirem dados que permitam identificar a anterior.”</p> <p>O n.º2 deve ser retificado para “As zonas inundáveis ou ameaçadas pelas cheias são áreas suscetíveis de inundação por transbordo da água do leito dos cursos de água devido à ocorrência de caudais elevados. Estas áreas visam assegurar a:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Prevenção e redução do risco, garantindo a segurança de pessoas e bens, b) Garantida das condições naturais de infiltração e retenção hídricas, c) Regulação do ciclo hidrológico pela ocorrência dos movimentos de transbordo e de retorno das águas; d) Estabilidade topográfica e geomorfológica dos terrenos em causa. <p>No n.º4 completar com “ou à cota da cheia com período de retorno de 100 anos.” De modo a ir ao encontro no estabelecido na Lei da Água.</p> <p>Sublinha-se que nas ZI/ZAC não é permitida a construção de edifícios de usos sensíveis, pelo que deve ser retificado o mencionado no n.º 6. Em vez de “excetuam-se do número anterior” será de referir “excetuam-se do número três do presente artigo”, ou eventualmente manter a redação e alterar a localização desta regra na redação do presente artigo.</p> <p>Reforça-se ainda o sugerido no anterior parecer desta Agência “na servidão de domínio hídrico e nas zonas inundáveis ou ameaçadas pelas cheias, todas as operações urbanísticas, entre outras ações que possam ser identificadas em regime específico, estão sujeitas a parecer/autorização prévio da entidade com jurisdição nessa matéria”, o que não foi ainda atendido na proposta de regulamento. Deve ser integrado no regulamento.</p>
<p>Artigo 15.º- Identificação e Regime</p>	<p>No n.º 1 é mencionado o seguinte “<i>As áreas sujeitas à rotura de barragens, delimitadas na Planta de Ordenamento – Riscos e Salvaguardas, estão associadas à Albufeira de Castelo de Bode.</i>” Importa esclarecer que na área do concelho de FZ a onda de cheia,</p>

	é originada por uma eventual rotura de barragem, decorre das barragens existentes a montante , pelo que devem ser retificados este nº e o nº 2.
Artigo 16.º - Identificação e Regime	<p>No âmbito da proteção das <i>"áreas sujeitas à degradação e contaminação de aquíferos"</i>, é mencionado:</p> <p><i>"2. As infraestruturas de drenagem e tratamento de águas residuais destas áreas devem ser obrigatoriamente ligadas à rede pública ou a dispositivo estanque, sendo assegurado o serviço de remoção e transporte dos efluentes para local designado pela Câmara Municipal.</i></p> <p><i>3. Nos espaços de atividades económicas, as áreas de estacionamento e de circulação devem estar impermeabilizadas e as águas pluviais encaminhadas para separador de hidrocarbonetos."</i></p> <p>No n.º2 pede-se que em vez <i>"destas áreas"</i>, seja especificado <i>"(...)destas áreas estratégicas de infiltração e de proteção e recarga de aquíferos, mesmo se excluídas da REN...)"</i>.</p> <p>No n.º3, em vez de <i>"águas pluviais"</i> deve ser especificado <i>"águas pluviais potencialmente contaminadas"</i>.</p>
Artigo 20.º - Zona de proteção	Verificou-se que foram transpostas as normas constantes no artigo 7.º do POACB, aplicáveis aos planos municipais de ordenamento do território, e que dizem respeito à regulamentação da Zona de proteção da albufeira de Castelo do Bode.
Artigo 21.º - Zona Reservada	Observou-se que foi transposto o mencionado no artigo 8.º do POACB.
Artigo 22.º - Zonas de proteção às captações superficiais	Uma vez que não está aprovado qualquer perímetro de proteção à captação superficial, apenas existe a zona de proteção constante na planta síntese do POACB, deve ser retirado do regulamento as alíneas a) e b) relativas à zona imediata e zona alargada respetivamente. Contudo devem ser transpostas as normas aplicáveis e mencionadas no artigo 10.º do POAC . Designadamente o que diz respeito à interdição de rejeição de qualquer tipo de efluentes de origem doméstica e industrial na zona (terrestre) de proteção à captação, indicada no POA.
Artigo 24.º - Infraestruturas e equipamentos associados ao recreio náutico	Observou-se que foram transpostas as normas aplicáveis e constantes no artigo 19.º do POACB.

Artigo 25.º - Normas de edificabilidade e construção	Foram transpostas as normas aplicáveis e constantes no artigo 27.º do POACB.
Artigo 26.º - Saneamento Básico	Observou-se que foram transpostas as normas aplicáveis e constantes no artigo 28.º do POACB.
Artigo 27.º - Rede viária e acessos	Foram transpostas as normas aplicáveis e constantes no artigo 29.º do POACB.
Capítulo II. Disposições comuns ao solo rústico e ao solo urbano	
Artigo 42.º - Condições Gerais de edificabilidade	<p>No n.º 2 é mencionado “Em solo urbano e no solo rústico, as soluções individuais de abastecimento e de drenagem devem ser executadas de modo a permitir a ligação às redes públicas respetivas, existentes ou previstas”. Com vista a contribuir para o bom funcionamento das ETAR deverá ser acautelado a utilização de redes separativas para a drenagem de águas residuais e para águas pluviais não contaminadas.</p> <p>No n.º 3, deve ser retificado a designação da tipologia da REN, para a designação atual, e cumulativamente pede-se que seja incluída a seguinte expressão “Nas áreas estratégicas de infiltração e de proteção dos aquíferos, incluindo as áreas excluídas desta tipologia da REN, (...)”responsável”(...) “utilização de (...)”, resultando o seguinte “Nas áreas estratégicas de infiltração e de proteção dos aquíferos, incluindo as áreas excluídas desta tipologia da REN, e nas localizadas na rede natura 2000, deve ser garantida a ligação à rede pública de drenagem de águas residuais domésticas e, em caso de impossibilidade, deve ser articulada uma solução com a entidade responsável pelo tratamento de águas residuais, não sendo autorizado a utilização de sistemas por infiltração no solo.</p>
Solo Rústico	
<p>Capítulo II- turismo em solo rústico</p> <p>Artigo 66.º - Áreas de Vocação Turística (AVT)</p>	<p>No n.º1 do artigo 63.º é acautelado que “Na área do regime de salvaguarda da albufeira de águas públicas de Castelo do Bode aplicam-se em todos os usos os condicionalismos expressos na secção V, do Capítulo I do Título III-Salvaguardas”.</p> <p>Observa-se ainda que o regulamento apresenta normas para Núcleo de Desenvolvimento Turístico (NDT) e Áreas de Vocação Turísticas (AVT). Nomeadamente é mencionado que as AVT incidem sobre os Espaços florestais de produção delimitados na Planta de ordenamento – classificação e qualificação do solo.</p>

Artigo 71.º - Espaços agrícolas	<p>Aplica-se ao Espaços Agrícolas.</p> <p>Observa-se que inclui no n.º4 e respetivas alíneas, a transposição das normas aplicáveis constantes no artigo 22.º do POACB.</p>
Artigo 75.º - Uso e ocupação do solo	<p>Aplica-se ao Espaços Florestais de Produção.</p> <p>Observa-se que inclui no n.º2 e respetivas alíneas, a transposição das normas aplicáveis constantes no artigo 23.º do POACB.</p>
Artigo 78.º - Usos e ocupação do solo	<p>Aplica-se ao Espaços Florestais de Conservação. Informa-se no entanto que nas áreas assim qualificadas e cumulativamente afetadas à zona de proteção da albufeira de Castelo de Bode, incluindo a zona reservada, deve ser acautelado o cumprimento cumulativo no regime aplicável à zona terrestre de proteção da albufeira transposto para a presente proposta de regulamento.</p> <p>Observa-se que o previsto n.º 2 deste artigo, inicia-se do seguinte modo "Neste espaço não são admitidas:", e no n.º 4 inicia-se com "Nos espaços florestais de conservação admitem-se os seguintes usos:".</p> <p>Assim deve no início do previsto no n.º2, e no n.º4, deste artigo 78.º, ser incluído o seguinte "Sem prejuízo da aplicação do disposto na Secção V, do Capítulo I do Título III-Salvaguardas do presente regulamento sobre as áreas qualificadas de espaços florestais de conservação afetados simultaneamente ao regime de salvaguarda da Zona terrestre de proteção da albufeira de Castelo do Bode, nos espaços (...)".</p> <p>De igual modo, na redação do artigo 79.º quando ao regime de edificabilidade deve ficar acautelada a articulação com as disposições que se aplicam à zona terrestre de proteção da albufeira.</p>
Artigo 81.º - Uso e ocupações do solo	<p>Trata-se da regulamentação associada à categoria "Espaços Naturais e Paisagísticos". Observa-se que no n.º4 foram transpostas as normas do Art. 24.º do POACB sobre as "zonas de proteção e valorização ambiental". A CM deve verificar o que pretende na alínea e) desse n.º 4:</p> <p style="padding-left: 40px;">" e) Não são permitidas obras de construção, sendo apenas admitidas obras de reconstrução, de conservação e de ampliação do edificado existente, nos termos do n.º3 do artigo 21.º e artigo 26.º e da alínea seguinte"</p> <p>Pensa-se que terá sido um lapso a referência ao "n.º 3" uma vez que este diz respeito à interdição de vedações perpendiculares à margem (...).</p>

<p>Artigo 84.º - Regime de edificabilidade</p>	<p>Regulamenta os “Espaços de ocupação turística” (em solo rústico). Na zona de proteção terrestre existem duas áreas assim qualificadas (Castanheira e Aderneira) conforme previsto no POACB. Esta proposta do artigo 84.º apresentou a transposição do artigo 21.º da Resolução do Conselho de Ministros (RCM) n.º 69/2003, de 10 de maio que publicou em Diário da República o POACB. A RCM n.º 64-A/2009, de 6 de agosto, retificada pela Declaração de Retificação n.º 71-A/2009, de 2 de outubro, aprova o Plano Regional de Ordenamento do Território do Oeste e Vale do Tejo (PROTOVT), tendo sido estabelecido que são incompatíveis com este as disposições dos planos especiais de ordenamento do território e dos planos diretores municipais que admitam a construção de empreendimentos turísticos fora das áreas urbanas e urbanizáveis que correspondem a aglomerados urbanos existentes, com exceção do turismo em espaço rural e do turismo de habitação.</p> <p>Neste contexto, foi identificado, pela referida Resolução do Conselho de Ministros, como incompatível o artigo 21.º do Plano de Ordenamento da Albufeira de Castelo do Bode (POACB), aprovado através da Resolução do Conselho de Ministros n.º 69/2003, de 10 de maio, determinando a resolução do Conselho de Ministros que aprova o PROTOVT que estas disposições devem ser objeto de alteração por adaptação, sob pena de ficarem suspensas. Assim, não tendo sido promovida qualquer alteração por adaptação do POACB no prazo de 90 dias úteis após a entrada em vigor do PROTOVT, os números 1, 2, 11 e 13 do artigo 21.º do regulamento do POACB encontram-se suspensos.</p> <p>Considerando que os números 1, 2, 11 e 13 do artigo 21.º do regulamento do POACB se encontram suspensos até à sua adaptação ao disposto no PROTOVT, não podendo, na área abrangida, haver lugar à prática de quaisquer atos ou operações que impliquem a ocupação, uso e transformação do solo, <u>estes não deverão ser incorporados enquanto vigorar a Resolução do Conselho de Ministros que aprovou o PROTOVT.</u></p> <p>Refere-se que a incompatibilidade identificada apenas poderá ser sanada por um ato com a mesma força jurídica, isto é, uma Resolução de Conselho de Ministros que altere a Resolução do Conselho de Ministros n.º 64-A/2009, de 6 de agosto, retificada pela Declaração de Retificação n.º 71-A/2009, de 2 de outubro, que aprova o PROTOVT, e afaste a incompatibilidade em causa.</p> <p>Neste âmbito, <u>devem ser retiradas da proposta as disposições relativas, aos números correspondentes aos acima identificados, nomeadamente as alíneas d) e e).</u> Considera-se que deve também ser retirada a alínea f) por ausência de aplicabilidade.</p>
--	--

Artigos 85.º, 86.º, 87.º	Estes artigos regulamentam os Espaços destinados a outras ocupações - Zona e recreio balnear e respetiva zona de proteção. Articula as normas constantes nos artigos 14.º (zonas de recreio balnear e respetivas zonas de proteção) e 25.º (zonas de recreio e lazer) do POACB.
Artigo 107.º - Regime de edificabilidade	Trata-se do regime de edificabilidade a aplicar nos Espaços urbanos de baixa densidade . Observa-se que é acautelada a necessidade de dar cumprimento às normas aplicadas na zona de terrestre de proteção da albufeira, contudo deve ser esclarecida a redação do n.º3, alínea e) Entre outras é mencionado "(...) do n.º3 do artigo 20.º", não se compreendendo a que norma se refere e carecendo de correção.

II- Relatório Ambiental

Analisando-se o Relatório Ambiental (RA) disponibilizado, de maio de 2021, consideram-se oportunos os seguintes comentários/recomendações:

1. Constata-se que o RA se encontra bem identificado, com contextualização adequada relativamente ao plano em causa e à fase do procedimento de AAE em que se encontra. No entanto, julga-se ser uma mais-valia a indicação explícita da Equipa Técnica responsável pela AAE do Plano, pelo que esta deve ser incluída na próxima versão do RA.

De acordo com o guia de boas práticas em AAE a equipa que realiza a AAE deve ser constituída de forma a dar resposta à natureza multidisciplinar, iterativa e cíclica característica de uma AAE.

2. Julga-se que, em teoria, o relatório, embora muito extenso, apresenta uma estrutura e descreve uma metodologia alinhadas com as exigências legais e com as boas práticas existentes em matéria de avaliação ambiental, para esta fase do procedimento de AAE. Contudo, na prática, na análise do RA identificaram-se alguns aspetos que devem ser revistos, completados e consolidados, conforme abaixo indicado.

3. O RA é acompanhado de um documento chamado de "Relatório Não Técnico", que se julga corresponder ao "Resumo Não Técnico" (RNT) previsto no art.º 6º do Regime Jurídico de AAE (Decreto-Lei n.º 232/2007, alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 04 de maio), pelo que importa retificar esta designação.

Considera-se o documento muito extenso e técnico. Relembra-se que este deve ser sintético, não excedendo as 20 páginas, excluindo cartografia, se necessário. A linguagem deve ser simples, clara e concisa, sem termos técnicos, acessível a todos os públicos.

Os comentários a seguir apresentados para o RA devem ser considerados igualmente no RNT, porquanto este é uma versão resumida do primeiro.

4. Verifica-se que o RA agora apresentado não menciona o parecer anteriormente emitido pela APA (S056249-201810-ARHTO.DOLMT, de 18/10/2018), nem apresenta uma tabela de

ponderação onde constem os contributos das entidades consultadas nas fases anteriores deste procedimento de AAE e a justificação dos contributos eventualmente não considerados. Este aspeto deve ser alterado e acrescentada a tabela referida.

Constata-se que nem todas as recomendações constantes do anterior parecer da APA foram consideradas, designadamente o esforço de síntese no número de Fatores Críticos para a Decisão (FCD) apresentado. Recorda-se que as boas práticas em matéria de AAE recomendam que os FCD sejam poucos, mas holísticos, integrados e focados e, para que seja assegurado o foco estratégico da avaliação ambiental, sejam definidos entre 3 e 5 FCD.

5. Dado o intervalo de tempo que se passou entre a anterior versão do RA (maio de 2018) e esta versão agora disponibilizada, verifica-se que existem aspetos a atualizar, nomeadamente no Quadro de Referência Estratégico (QRE).

6. Embora seja referido nas pág. 13 e 15 o Guia de melhores práticas para AAE (APA, 2013), este não aparece nas referências bibliográficas, aspeto a completar.

Relativamente aos documentos de orientação utilizados para esta AAE, para além dos guias mencionados, sugere-se ter ainda em consideração os seguintes documentos e informação técnica, que deverá ser refletida na bibliografia do RA:

- Guia - Formação dos planos territoriais, matérias no âmbito das atribuições da DGT, DGT, 2020 - disponível no sítio eletrónico da DGT;
- Guia - Formação dos planos territoriais - Questões Estratégicas e Indicadores para a Avaliação Ambiental - Versão 0, DGT, 2021;
- 'Guia - PDM GO, Boas práticas para os Planos Diretores Municipais', publicado em Dezembro 2020, editado pela Comissão Nacional do Território (CNT), disponível no sítio eletrónico da DGT;
- 'Nota Técnica - A Fase de seguimento em sede dos procedimentos de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) de Planos e Programas', da APA, datada de abril 2020.
- 'Nota Técnica - Declaração Ambiental em sede dos procedimentos de Avaliação Ambiental Estratégica (AAE) de Planos e Programas', da APA, datada de abril 2020.

7. No capítulo 1 – Introdução – deverá ser referido que o Decreto-Lei n.º 232/2007, que define o Regime Jurídico de AAE, já foi alterado pelo Decreto-Lei n.º 58/2001, de 4 de maio.

8. Na figura 1, que apresenta as principais fases da AAE, deve retificar-se que o objetivo da fase 4, de seguimento, é avaliar e controlar os efeitos significativos no ambiente, decorrentes da aplicação e execução do plano e não a monitorização do próprio plano. São dois processos distintos, com objetivos diferentes.

Aliás, esta mensagem tem vindo a ser transmitida por diversas vezes, nos muitos pareceres desta Agência relativos a RA de outros planos.

9. Na página 21 é referido que a "A declaração Ambiental deve ser enviada pela entidade responsável pela sua elaboração à Agência Portuguesa do Ambiente (APA). Para além disso, a Declaração Ambiental deve ser disponibilizada ao público para a consulta através da página da

internet do município”. No entanto, importa retificar que a Declaração Ambiental deve ser não só enviada à APA, mas também às restantes entidades consultadas no procedimento de AAE, de acordo com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio.

10. Na página 33 é referido que “O resumo dos pareceres emitidos pelas entidades que se pronunciaram no âmbito da consulta institucional sobre RFCD (novembro de 2010) e que apresentaram sugestões para serem incluídas no Relatório Ambiental, assim como os pareceres recebidos encontram-se no Anexo I”. Contudo, verifica-se que os anexos ao RA de maio de 2021 são:

- Anexo I – Principais Instrumentos do Quadro de Referência Estratégico e respetivos Objetivos Estratégicos.
- Anexo II – Relação entre o Quadro de Referência Estratégico definido e as Opções Estratégicas da proposta da proposta de revisão do PDM de Ferreira do Zêzere.

Considera-se, no entanto, que era oportuno, como já referido anteriormente, que fosse incluído um anexo neste RA com uma tabela de ponderação dos contributos das ERAE relativamente ao RA de maio de 2018.

11. No capítulo 5 (Definição dos Fatores Críticos para a Decisão), pág. 35, é referido que “No âmbito da elaboração do RFCD, e nos pareceres emitidos em consulta pública, foram definidos oito FCD, com os respetivos critérios de sustentabilidade, tendo por base a metodologia acima enunciada”. No entanto, mais à frente (pág. 42) são apresentados 7 FCD, a saber:

- Biodiversidade e Conservação da Natureza
- Ordenamento e Qualificação do Território
- Desenvolvimento económico e social
- Património e Paisagem
- Qualidade Ambiental
- Energia e Alterações Climáticas
- Riscos Naturais e Tecnológicos

12. Em relação ao QRE, concorda-se globalmente com os documentos identificados e elencados no Quadro 2. Porém, como já anteriormente referido, entre 2018 e 2021, algumas referências ficaram desatualizadas, sendo necessário proceder a esta atualização e respetivos objetivos estratégicos.

Assim, sugere-se que sejam revistos e considerados adicionalmente, os seguintes aspetos no QRE:

- Os instrumentos elencados no Quadro 2 e no Anexo não têm total correspondência. Por exemplo, a ENAR e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, que resultaram do anterior parecer da APA, não constam da análise efetuada no Anexo, aspeto a completar.
- Algumas das referências legais apresentadas encontram-se desatualizadas. Por exemplo:

- . Programa Nacional da Política de Ordenamento do Território (PNPOT) – Lei n.º 99/2019, de 5 de setembro, que revoga a Lei n.º 58/2007, de 4 de setembro.
 - . A Estratégia Nacional de Conservação da Natureza e Biodiversidade 2030 foi aprovada pela Resolução do Conselho de Ministros n.º 55/2018, de 7 de maio.
 - . A Estratégia Turismo 2027 (ET2027), aprovada pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 134/2017, de 27 de setembro, é o referencial estratégico para o Turismo em Portugal na próxima década.
- A referência ao PEAASAR 2020 deve ser alterada para “PENSAAR 2020”. Este plano encontra-se em revisão.
- Deve ser tido em consideração o Plano de Gestão dos Riscos de Inundações – RH5 (PGRI), pelo que importa acrescentá-lo.
- Em Portugal, as orientações fundamentais da política de resíduos são dadas pelos seguintes instrumentos:
- . Plano Nacional de Gestão de Resíduos (PNGR);
 - . Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos (PERSU);
 - . Plano Estratégico para os Resíduos Não Urbanos (PERNU), que vem substituir os anteriores planos sectoriais (Resíduos Hospitalares e Resíduos Industriais);
 - . Estratégia para os Biorresíduos.

A referência ao PERSU 2020 deve ser atualizada para PERSU 2020+, Portaria n.º 241-B/2019, de 31 de julho de 2019. Este Plano constitui um ajustamento às medidas vertidas no PERSU 2020, aprovado pela portaria n.º 187-A/2014, de 17 de setembro, com vista a corrigir a presente trajetória e projetar o esforço na concretização das novas metas estabelecidas. Informa-se, no entanto, que este plano se encontra em revisão.

- Verifica-se que em matéria de alterações climáticas, o QRE apenas aborda o PNAC e a ENAAC. No entanto, importa referir que a Resolução do Conselho de Ministros n.º 53/2020, de 10 de julho, que aprovou o Plano Nacional Energia e Clima 2030 (PNEC 2030), que também deve ser considerado nesta Avaliação Ambiental, decidiu revogar o PNAC 2020/2030, aprovado pela RCM n.º 56/2015, de 30 de julho, bem como o PNAEE e o PNAER, com efeitos a partir de 1 de janeiro de 2021, pelo que estes planos poderão ser retirados do QRE.

Deve, também, ser tida em consideração que a Estratégia Nacional de Adaptação às Alterações Climáticas (ENAAAC 2020), aprovada pela RCM n.º 56/2015, de 30 de julho, foi prorrogada até 31 de dezembro de 2025 pela já referida RCM n.º 53/2020, de 10 julho.

O QRE não faz referência ao Roteiro para a Neutralidade Carbónica 2050 (RNC 2050), aprovado pela RCM n.º 107/2019, de 1 de julho, que explora a viabilidade de trajetórias que conduzem à neutralidade carbónica, identifica os principais vetores de descarbonização e estima o potencial de redução dos vários setores da economia nacional, como sejam a energia e indústria, a mobilidade e os transportes, a agricultura, florestas e outros usos de solo, e os resíduos e águas

residuais. Desta forma, o Quadro 2 e os Anexos devem ser atualizados com as disposições do RNC 2050.

Ainda em termos de adaptação, a AAE não considerou o Programa de Ação para as Alterações Climáticas 2020-2030 (P-3AC), aprovado pela RCM n.º 130/2019, de 2 de agosto. Este programa complementa e sistematiza os trabalhos realizados no contexto da ENAAC 2020, tendo em vista o seu segundo objetivo, o de implementar medidas de adaptação, através de diversas medidas integradas em nove linhas de ação. Posto isto, o QRE deve ser atualizado também com as disposições do P-3AC.

13. Quanto aos Fatores Críticos de Decisão (FCD) identificados no RA consideram-se em número excessivo, não permitindo manter o foco estratégico da AAE.

14. Em consonância com o “Guia das Melhores Práticas para a Avaliação Ambiental”, recomenda-se que os domínios ou critérios de avaliação sejam limitados a dois por FCD e que os indicadores sejam, por sua vez, também limitados a dois ou três por domínio.

15. Realça-se que os indicadores apresentados devem encontrar-se associados a valores de referência (correspondentes ao posicionamento do município) e a metas a atingir, determinantes para a avaliação dos impactos decorrentes da implementação do Plano, as quais devem encontrar-se em consonância com as metas constantes nos documentos hierarquicamente superiores e referenciados no QRE, aspeto que deve ser completado.

Verifica-se que nos Quadros 6, 12, 24, 41, 47, 63 e 69 não são apresentadas as unidades de medida para todos os indicadores adotados.

16. No que respeita ao FCD “Qualidade Ambiental”, a terminologia “Resíduos Sólidos Urbanos (RSU)” deve ser alterada para “Resíduos Urbanos (RU)”.

17. Quanto ao FCD “Energia e Alterações Climáticas” apenas é considerada a temática das Alterações Climáticas do ponto de vista da mitigação.

Os aspetos da adaptação às alterações climáticas são de grande relevância, uma vez que se esperam, no nosso país, impactos importantes das mesmas, derivados do aumento da temperatura média anual, sobretudo das máximas, às alterações do regime de precipitação, que assistirá por um lado ao aumento da frequência de secas e, por outro, a cheias e inundações provocadas pelos fenómenos extremos de precipitação, questões estas determinantes ao nível dos usos da água e da ocupação do solo.

Salienta-se, em termos da avaliação de cenários de alterações climáticas, a disponibilização da informação no Portal do Clima (<http://portaldoclima.pt/pt/>) que, para três períodos ao longo do século, disponibiliza dados resultantes da cenarização climática (fonte EURO-CORDEX) referentes a diversos indicadores relevantes como, por exemplo, as variáveis precipitação, temperatura, humidade relativa, evapotranspiração, e ainda o índice de seca.

As medidas de adaptação identificadas no P-3AC, como forma de minimizar os impactos das alterações climáticas sobre o plano, devem também ser consideradas como referencial para efeitos de implementação de eventuais medidas de minimização dos impactos.

18. Relativamente ao FCD "Riscos Naturais e Tecnológicos", embora não existam atualmente no Concelho estabelecimentos abrangidos pelo Regime Jurídico da Prevenção de Acidentes Graves, importa retificar a referência ao Decreto-Lei n.º 254/2007, de 12 de julho. Este diploma encontra-se revogado pelo Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto, que estabelece o regime de prevenção de acidentes graves que envolvem substâncias perigosas e limitação das suas consequências para a saúde humana e o ambiente.

Neste âmbito sugere-se ter em conta um ou mais dos seguintes indicadores:

- Estabelecimentos enquadrados no Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto, em número;
- Distância entre estabelecimentos enquadrados no Decreto-Lei n.º 150/2015, de 5 de agosto, e as zonas residenciais, locais de utilização pública e vias de comunicação, em metros;
- Pessoas expostas aos cenários de acidente em estabelecimentos envolvendo substâncias perigosas, em número.

19. Quanto às Diretrizes para Seguimento / Recomendações e Medidas para a Proposta de Plano, apresentadas por FCD, verifica-se que são em número elevado, pelo que se sugere que sejam, de alguma forma, priorizadas. Estas devem refletir-se nas restantes peças do plano.

20. Nas fases seguintes deste procedimento de AAE, importa considerar os seguintes aspetos:

- Em simultâneo com a versão final da Revisão do PDMFZ deverá ser elaborado o Relatório Ambiental final, que incorpore o resultado das consultas institucional e pública.
- O mesmo deve ser acompanhado de um Resumo Não Técnico (RNT).
- Posteriormente, deverá ser elaborada e enviada a esta Agência e às restantes ERAE consultadas a Declaração Ambiental, de acordo com o Artigo 10º do Decreto-Lei n.º 58/2011, de 4 de maio.
- Sugere-se ainda que, aquando da publicação da aprovação desta Revisão em Diário da República, seja feita alusão ao facto de a mesmo ter sido sujeito a um procedimento de AAE.
- Alerta-se para a obrigação legal de avaliar e controlar os efeitos significativos no ambiente decorrentes da aplicação e execução do Plano, verificando a adoção das medidas previstas na Declaração Ambiental, a fim de identificar atempadamente e corrigir os efeitos negativos imprevistos (n.º 1 do art. 11º do Decreto-Lei n.º 232/2007). Os resultados do controlo devem ser divulgados pela entidade responsável pelo Plano, através de meios eletrónicos, e atualizados com uma periodicidade mínima anual, devendo ainda ser remetidos à APA.

Conclusão

Em face do exposto, comunica-se o seguinte:

RPDM – Emite-se **parecer favorável condicionado** à revisão dos aspetos elencados neste parecer e que dizem respeito a questões de compatibilidade com o POACB bem como ao articulado referente a zonas inundáveis ou ameaçadas pelas cheias.

Relatório Ambiental – emite-se **parecer favorável condicionado** à revisão e atualização, nos termos do presente parecer, nomeadamente no que diz respeito ao Quadro de Referência Estratégico. Deve verificar-se adicionalmente a afinidade das Questões Estratégicas definidas para a Revisão do PDM de Ferreira do Zêzere e os Objetivos Estratégicos estabelecidos para os Planos e Programas sugeridos anteriormente para o QRE.

Com os melhores cumprimentos,

A Administradora Regional da ARH Tejo e Oeste

